



COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE
REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2015
(Do Sr. Toninho Wandscheer)

Solicita informações ao Senhor Joaquim Levy, Ministro da Fazenda, sobre os procedimentos adotados pela Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu-PR.

Senhor Presidente,

Com fundamento nos arts. 50, § 2º, e 70 da Constituição Federal, nos arts. 24, inciso V, 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno desta Casa, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Senhor Joaquim Levy, Ministro da Fazenda, sobre os procedimentos adotados pela Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu-PR, nos termos adiante expostos.

1. Quais os motivos da baixíssima fiscalização e ausência visual de servidores fiscalizando as fronteiras, no município de Foz do Iguaçu?
2. Qual o horário de atendimento aos contribuintes?
3. A falta de servidores realizando ação fiscal impacta, diretamente, em Foz do Iguaçu e no Brasil, no quesito segurança?
4. Qual a quantidade de veículos e pessoas que atravessam, ida e vinda, a Ponte Internacional da Amizade (fronteira Brasil/Paraguai)?
5. Deste fluxo, quantos veículos/pessoas são fiscalizadas por dia?
6. Quais os motivos da ausência de fiscalização quando da entrada e saída de veículos e pessoas na ponte Tancredo Neves (fronteira Brasil/Argentina)?
7. Aparentemente, ao circular pela zona de fiscalização, estima-se que o número de fiscalizações deve ser inferior a 1% das travessias diárias. Quais os motivos da fiscalização ser tão ínfima?
8. A baixa fiscalização se dá exclusivamente pela falta de Servidores? Ou, também, por problemas de estrutura física?
9. Como são realizadas as fiscalizações nas estradas e no Rio Paraná?

10. Todos os Servidores podem fiscalizar na Receita Federal ou apenas Servidores de um cargo específico podem realizar tal tarefa? Por quê?
11. Esse cargo pertence a alguma carreira? Desde quando a carreira detém esta organização? Existem dispositivos legais para tanto?
12. Existem escalas para se trabalhar nos pontos de fronteira?
13. São utilizados Servidores despreparados para atuar na fiscalização, na falta de funcionários preparados e treinados para este fim?
14. Qual é o percentual de efetiva fiscalização nas fronteiras do Município de Foz do Iguaçu?
15. A quem se pode atribuir a responsabilidade da baixa fiscalização nas fronteiras? Há quanto tempo a fiscalização atua nestas condições?
16. Qual a expectativa de mudança desse quadro e o que pode ser sugerido para melhorar a efetiva fiscalização nas pontes, rios, lagos e estradas?

JUSTIFICATIVA

Na estrutura do Ministério da Fazenda, dentre os órgãos específicos, cabe a Secretaria da Receita Federal do Brasil as atividades de fiscalização, vigilância, repressão e controle referentes à importação e à exportação de mercadorias, especialmente o combate ao tráfico de drogas, armas, munições, à pirataria, ao contrabando de bebidas, cigarros e outros produtos. Esse conjunto de atividades são consideradas essenciais à soberania nacional.

Ocorre que essa importância está expressa apenas na Lei. O diagnóstico da situação dos pontos de fronteira (as pontes) de Foz do Iguaçu revela uma identidade oposta. O cenário que se tem é de abandono, fruto de anos de descaso e da falta de uma política para o controle aduaneiro efetivo e eficaz, que se materializou na falta de servidores, estruturas precárias, mas, principalmente, concretizou-se na falta de segurança que se percebe, não apenas em Foz do Iguaçu, mas em todo o Brasil. A ausência de ações mais eficientes de vigilância e controle nas fronteiras fortalece a ação do crime organizado.

A aduana de Foz do Iguaçu (e o Brasil) precisa, além de atuar na proteção da economia nacional, da propriedade intelectual e da livre

concorrência, deve ter como compromisso uma ação mais efetiva no combate a insegurança, à proteção do meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural brasileiro.

Cabe salientar que esse requerimento deu-se a partir de aprovação pela Câmara Municipal de Foz do Iguaçu do requerimento nº 258/2015, de autoria da Vereadora Anice Nagib Gazzaoui o qual transformamos em requerimento de informações ao Ministério da Fazenda, de forma a atender aos anseios da população do Município de Foz do Iguaçu e arredores.

Sala das Sessões, em 30 de Junho de 2015.

Deputado Toninho Wandscheer
PT/PR